

Economia - Brasil



Raul Velloso

GAZETA MERCANTIL

Na medida do possível, sem as reformas

Fernando Dantas e
Liliana Enriqueta Lavoratti,
de Brasília

(Continuação da página A-9)

público (R\$ 2 bilhões).

O esforço fiscal de R\$ 20 bilhões está centrado principalmente em 1998. O governo prometeu para breve medidas adicionais específicas para apertar o torniquete nas contas de 1997. Para este ano, as projeções de consultores independentes são (antes das medidas a ser anunciadas) de superávit primário de pouco menos de 1% do PIB, e déficit operacional (resultado primário mais contas financeiras descontadas da correção monetária) pouco acima de 3%.

O pacote fiscal, na análise do mercado, aponta para uma estratégia clara: tentativa de manutenção da política cambial, com desaceleração considerável da atividade econômica, de forma a gerar uma grande redução do déficit em conta corrente em 1998. Como o perigo especulativo sobreviveu à drástica alta de juros do final de outubro, que vai comprimir o consumo e investimento privados e piorar o déficit público, só restou ao governo o ajuste fiscal, prometendo que a conta será dividida com o setor público - o que é mais saudável do ponto de vista econômico, mas mais difícil politicamente.

A linha governista de defesa do pacote foi sintetizada por Malan: "Esta decisão não significa de forma alguma uma mudança de rumo em termos das linhas gerais de condução da política econômica". Diante das turbulências dos mercados internacionais, que "não parecem ser de curta duração", segundo o ministro, o governo decidiu "acelerar" suas linhas gerais de atuação: redução do déficit público e em conta corrente, paralelamente à reorganização do Estado. "Nós não somos um país avestruz", complementou o ministro do Planejamento, Antônio Kandir.

Nenhum dos membros da equipe econômica mencionou, entretanto, o terrível susto pregado pelo mercado internacional na semana passada, que fez o governo desovar em um fim-de-semana um conjunto de medidas que, em boa parte, vinha sendo estudado há meses, e até anos. Ninguém explicou também como a miscelânea de aumentos de tributos e tarifas e de cortes lineares em despesas do setor público se encaixa no projeto ambicioso de "reorganização do Estado". Ainda mais quando o próprio Parente admitiu que parte do pacote, como o aumento de 10% no imposto de renda da pessoa física devido em 98 e 99 e do preço dos combustíveis, não será permanente.

O ajuste fiscal de R\$ 20 bilhões, observa o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, se refletirá inteiramente no resultado primário, o núcleo duro e mais nobre da política fiscal. Isto, é claro, se estiver correta cada uma das estimativas do governo sobre cada uma das medidas. "O pacote não é um quebra-galho; dentro das limitações constitucionais, o governo apresentou o que foi possível, no limite", analisou Velloso.

As poucas medidas não ligadas ao resultado primário do pacote, como a privatização do saneamento, rodovias e a desmobilização de ativos da Rede Ferroviária, foram excluídas da conta dos R\$ 20 bilhões, em um enfoque conservador. A redução do endividamento dos estados, explica Velloso, embora não diretamente ligada ao resultado primário, leva a um efeito idêntico neste mesmo nível das contas públicas.

O efeito final do pacote sobre as contas públicas, porém, ainda é desconhecido, segundo a avaliação de Velloso. Os R\$ 20 bilhões referem-se ao ano de 1998, e correspondem a cerca de 2,5% do PIB. Como a economia vai desacelerar em função do pacote (e do arrocho de juros), porém, a arrecadação deve diminuir. Para calcular o efeito total do pacote, diz Velloso, é preciso combinar o efeito direto do pacote com o efeito indireto sobre a atividade econômica. Ele diz que é cedo para fazer este cálculo. Desconsiderando os efeitos do pacote, as projeções de Velloso para o próximo ano seriam de resultados próximos aos que projeta para 1997: 0,6% de superávit primário e déficit operacional (inclui contas financeiras descontadas da correção monetária) pouco acima de 3%. ■